

-----ACTA-----

-----DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2008-----

-----Aos quinze dias do mês de Setembro de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Faltou a Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Sendo nove horas e trinta minutos assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

----- Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário, que leu a sua intervenção do seguinte teor:-----

-----1 - Despedimentos na ALDESC,em. -----

-----A PROPÓSITO DA COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DO DESPEDIMENTOS DOS TRABALHADORES DA ALDESC-----

-----Finalmente o Sr. Presidente da Câmara assumiu que todos os trabalhadores da empresa municipal são para despedir, aliás a desnecessária e caprichosa extinção da Aldesc tinha essa única intenção como venho denunciando desde há muito tempo, pelo que, para mim, não constitui qualquer surpresa.-----

-----Afirma que só vai cumprir a lei. Esta seria uma declaração razoável se fosse seu hábito cumpri-la, só que não é, o seu hábito é ignorá-la porque se sente majestaticamente acima da lei.-----

-----Vossa Ex^a. Faz parte de uma classe politica irresponsável - não sabem o que é o sentimento do dever público, fazem as interpretações politicas que lhes convêm e são incapazes de admitir os seus próprios erros - As Leis para eles são uma chatice - acham que eles são a própria Lei!-----

-----O que de facto deveria fazer, pois esse é o seu dever, seria cumprir a Lei.-----

-----O que diz a deliberação da Assembleia Municipal de dezasseis de Novembro "os trabalhadores do quadro de efectivos da empresa municipal ALDESC- Empresa Pública Municipal de Gestão dos Espaços e Equipamentos Desportivos EM, devem ser integrados no quadro de pessoal do regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, da Câmara Municipal de Almeirim, com respeito pela carreira, antiguidade e escalão/índice de remuneração, nos termos previstos no Código do Trabalho" (parecer obrigatório da CCDRLVT- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (DSAJAL/DAJ-002142-2007) a pedido da Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) (ofº 5465/DGAL de 30.10.2007).-----

-----O que fez o Presidente da Câmara: O presidente da Câmara NÃO CUMPRIU.-----

-----Acontece que de acordo com a alínea c) do nº 1 do artº 68º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, "competete ao presidente da câmara municipal assegurar a execução das deliberações da assembleia municipal e dar cumprimento às decisões " Porque está em causa " danos que resultem de acções ou omissões ilícitas, cometidas, com dolo ou com diligência e zelo manifestamente inferiores àqueles a que se encontravam obrigados em razão do cargo" (nomeadamente nº 1 do artº 7º e nº 1 do artº 8º e artº9º da Lei 67/2007 de 31 de Dezembro).-----

-----Foi assim que em vinte de Maio de dois mil e oito enviou uma carta, quem em breve vamos todos ter conhecimento, onde deve ter afirmado, que as "actividades foram extintas", isto é, estamos todos a ver que as piscinas encerraram, os pavilhões

estão fechados, a biblioteca também, idem para o Cine-Teatro, etc...., podem ver que apesar de mentir, a CCDRLVT (refª DSAJAL-000794-2008, carta de 8 de Agosto) não foi nessa e respondeu, conforme podem ler, abaixo e que se resume no seguinte:-----

----- "a Câmara Municipal , pessoa colectiva de direito público, é obrigatório a aplicação da Lei 23/2004, de 22 de Junho, bem como , os procedimentos ali estabelecidos para a celebração de contratos de trabalho com a Câmara Municipal (vd. nomeadamente o artº16º da Lei 23/2004 , com remissão para o artº 318º a 321º do Código do Trabalho).-----

-----Assim cumpre esclarecer que só aludimos à possibilidade de transição dos trabalhadores para a Câmara Municipal no pressuposto de que aquelas actividades, prosseguidas pela ALDESC, EM iriam ser avocadas pela Autarquia". Será que os trabalhadores, durante todos estes anos não estiveram sempre a trabalhar para a Autarquia e as suas actividades não continuam a ser as actividades da autarquia?-----

-----Será que o senhor presidente e o vereador Pedro Ribeiro (socialistas de papel passado), dormem de consciência tranquila? Como é que se sentiriam se fossem os filhos deles com 6, 7, 8, 9, 10 e 12 anos e mais e serem de repente despedidos?-----

-----Como é que esses trabalhadores se sentem, quando outros bastante mais recentes já entraram para o quadro da câmara?-----

-----O presidente da Câmara não quer cumprir a lei, quando afirma que é preciso fazer um CONCURSO. Não é verdade, em nenhuma parte da Lei 23/2004, de 22 de Junho, bem como, os procedimentos ali estabelecidos para a celebração de contratos de trabalho com a Câmara Municipal OBRIGA A FAZER QUALQUER CONCURSO!-----

-----O processo de selecção da contratação de trabalhadores, em regime de trabalho privado na administração pública está previsto no artº 5º da Lei 23/2004 de 22 de Junho de 2004 e não prevê NENHUM CONCURSO.-----

-----Na situação de avocação pela Câmara Municipal das actividades que eles vinham exercendo ficam abrangidos pela

Código do Trabalho (artº 318º a 321º) (cf. artº 16º da Lei 23/2004 e respectiva alteração ao seu nº 1 pela Lei 53/2006 de 7 de Dezembro (artº 43º)).-----

-----OS TRABALHADORES DEVEM EXIGIR QUE A LEI SEJA CUMPRIDA.-----

-----2 - Actividades de Complemento Curricular-----

-----Porque existem assuntos que têm que ser esclarecidos, vou ler uma comunicação, devidamente identificada, que tiveram a gentileza de me fazer chegar:-----

-----"Sou mãe de uma criança que frequenta a pré-primária nº 3 de Almeirim, esta noite tivemos uma reunião para o início do ano lectivo dos nossos filhos, a qual participou a Sra Vereadora Professora Joana.-----

-----E o que lhe venho dizer é que fiquei chocada com o que a Vereadora disse na reunião, afirma que este ano serão 3 salas da componente à família (prolongamento), e que essas duas salas novas serão asseguradas por pessoas que serão pagas pela empresa das actividades extra curriculares - segundo referiu a todos na sala, para enganar o Sr. Presidente da câmara e os colegas.-----

-----O que me deixou ainda mais chocada foi dizer que essas pessoas serão, uma sem qualificação para desempenhar essa função, não tem curso, para além de trabalhar como auxiliar no jardim, e o outro será um rapaz que vem da Madeira.-----

-----Sr. presidente não há pessoas com o curso que tem a educadora Teresa?-----

-----Não há desempregados em Almeirim?-----

-----Porque tem que vir uma pessoa da Madeira? A professora Joana afirmou que foi ela que escolheu as pessoas e que deu o nome ao senhor da empresa. Penso que todas as crianças têm direito a ter na sala uma educadora com o curso."-----

-----Agradeço, pois à sra Vereadora que nos esclareça da veracidade destas acusações.-----

-----3 - A Prisão do Sr. Presidente e o Cumprimento da Lei.-----

-----Em relação aos documentos por mim distribuídos na última reunião de executivo e que constam, conforme solicitado, da

última acta quero notar:-----

-----1 - Cláusula Segunda do PROTOCOLO: "O Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça providenciará no sentido da Câmara Municipal de Almeirim poder vir a assumir a realização das infraestruturas necessárias ao novo edifício no âmbito do protocolo a assinar, futuramente, entre o Município e o Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça"-----

-----a) Bem sabemos que foi "secretamente" o senhor presidente da câmara que negociou esta situação desastrosa e atentatória do desenvolvimento do nosso Concelho, perdendo os investimentos qualificadores para os outros Concelhos, mas estranhamente não assinou este PROTOCOLO, será que nos pode explicar como é que, e em que norma legal se fundamenta o senhor presidente da Junta de Freguesia para "obrigar" a Câmara?-----

-----b) Será que o senhor presidente da Câmara não informou o senhor presidente da Junta de Freguesia que violou gravemente as respectivas competências, assumindo competências não só da Câmara Municipal, mas também da Assembleia Municipal?-----

-----c) As infraestruturas para um estabelecimento destes, para além do saneamento básico, esgotos, etar, rede de águas, rede viária com impactos graves a nível ambiental, com custos certamente elevados, que obriga a que tal investimento conste no Plano Plurianual de Investimento e no respectivo Orçamento e respectivas revisões que são de competência desta Câmara a elaboração da proposta, (alínea c) do nº2 do artº 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei 5-A/2002 que tem de ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal e não do senhor presidente, que se assumiu responsabilidades nesta área violou claramente não só as competências da Câmara, como da Assembleia Municipal.-----

-----d) Será que o senhor presidente da Câmara não sabe que a celebração de protocolos entre a Câmara e outras entidades, públicas ou privadas, é admissível desde que o respectivo objecto se enquadre no âmbito das atribuições da câmara,

nomeadamente as do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, devendo a sua celebração ser autorizada pela assembleia municipal, termos da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º e da disposição da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----e) Não pode ser dado como certo a sua aprovação, aliás não estou a ver como vamos aprovar a destruição do Concelho de Almeirim, por isso sugiro ao senhor presidente que informe correctamente o Governo para procurar outra localização para a "sua" prisão.-----

-----2º - CONTRATO PROMESSA, mais uma vez como podem ver é o presidente da junta de freguesia que assume sozinho as responsabilidades, como podemos ver na cláusula segunda é a junta de freguesia que promete promover, junto dos serviços competentes do município, o procedimento administrativo tendente ao destaque de uma parcela de terreno de 42 hectares.-----

-----Aqui levantam-se diversos problemas:-----
-----a) Como pode a Junta de Freguesia assumir o destaque de um terreno inserido na Reserva Ecológica (REN) e na Reserva Agrícola Nacional (RAN)?-----

-----b) Tanto quanto sabemos nos termos da Lei de competência exclusiva da Assembleia Municipal de Almeirim a "aprovação de medidas, normas, delimitações e outros actos, no âmbito dos regimes do ordenamento do território e do urbanismo, nos casos e nos termos conferidos por lei ". (cf. alínea b) do nº 3 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro), não tendo sido até hoje, apresentado qualquer processo relativo à implantação deste estabelecimento, no concelho de Almeirim carecendo portanto de validade, sendo nula qualquer decisão da Junta ou do presidente da câmara, que nos termos da Lei em vigor são responsáveis, pessoalmente pelos eventuais danos causados e passíveis de indemnização.-----

-----Desta vez parece-me que não só enganou o presidente da

junta de freguesia, como o Governo, espero que assuma as suas responsabilidades.-----

-----Informo-o pois que, de acordo com as minhas competências irei não só dirigir um requerimento ao presidente da Câmara, como ao senhor Ministro da Justiça, bem assim como à Assembleia Municipal dado ter constatado a violação das competências não só da Câmara, como da Assembleia Municipal.”-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, aproveitando o tema da Semana da Mobilidade, referiu que a Ponte D. Luís, entre Almeirim e Santarém, se na obra de arte se encontra recuperada, continua a ter em falta a iluminação e a sinalização tão necessárias, mormente quando se aproxima o período invernosos, e portanto mais escuro, o que é um risco acrescido à condução. Deve ser questionada a Estradas de Portugal da razão da falta de iluminação, de sinalização e de se manterem os passeios partidos.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que a intervenção naquela obra de arte teve um custo superior ao inicialmente previsto porque houve necessidade de efectuar trabalhos a mais nos esticadores e, por esse efeito, houve que retirar trabalhos e será feito um novo concurso com vista à sua execução.-----

-----Disse o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos que a Assembleia Municipal, há cerca de seis ou sete meses, aprovou a recomendação para a criação de um Memorial dos Combatentes e quer saber se já existe projecto.-----

-----O Sr. Presidente respondeu negativamente, foi entregue um modelo de outro Município e os nossos serviços ainda não estudaram a proposta.-----

-----O mesmo Vereador perguntou se, quanto aos processos judiciais, já contará com a sua inclusão na informação que remete à Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Presidente, respondendo à questão sobre o pessoal da ALDESC, disse que a solução a seguir é a indicada pelo consultor jurídico e pela CCR, a qual já enviou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a fim de ser distribuída pelos grupos

parlamentares municipais. Qualquer outra solução seria nula, com o prejuízo daí adveniente para o pessoal.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que ouviu o Sr. Presidente na TV quatro e entende que uma solução para a ALDESC, em matéria das necessidades de recursos humanos, seria o contrato a termo, já que não pode recorrer ao contrato por tempo indeterminado, no presente momento.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que também está dependente da legislação que vigorará a partir de um de Janeiro, já que os quadros estão suspensos agora e os mapas ainda não entraram em vigor.-----

-----O Sr. Vereador Pisco dos Santos acrescentou que isso não prejudica que se façam planos e se ajustem as necessidades.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício comentou que a empresa municipal foi extinta há um ano e é preciso esperar por uma lei para resolver os problemas dos trabalhadores da empresa. E acrescentou que se a medida visa conduzir à saída de pessoas que não servem, que lhes sejam levantados processos disciplinares, não é colocar pessoas aptas em prateleiras douradas. Mas isso não é feito, porque o pessoal é gerido sob coacção.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse, a respeito da invocada discriminação, que nunca foi ele, orador, que obrigou ninguém a estar oito horas de pé, sem se poder sentar. E acrescentou que, se a medida de integração automática do pessoal da EM na autarquia fosse possível, qualquer Câmara neste país criava uma empresa municipal, contratava pessoas e a seguir extinguiu a empresa e colocava essas pessoas no quadro de pessoal.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que ele também, enquanto responsável pela gestão da EM, nunca obrigou ninguém a estar oito horas de pé, a não ser de livre vontade. E acrescentou que se as argumentações de assuntos políticos são delicadas, as de natureza humana são muito delicadas e se são deste tipo que o Vereador Pedro Ribeiro usa, muito mal estão todos os trabalhadores da empresa municipal.-----

-----O Sr. Vereador Pisco dos Santos solicitou que este processo

de contratação a termo certo seja rápido, porque muitos trabalhadores manifestam a sua preocupação, mesmo sem darem a cara. Devia haver uma luz ao fundo do túnel para eles, porque é difícil viver na incerteza.-----

-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário disse que tem recebido muitas comunicações de trabalhadores da empresa municipal e da Câmara que, obviamente, não se identificam, porque o clima de intimidação e o terror instalado nesta autarquia é inqualificável, basta atentar em todos os trabalhadores que foram postos em prateleiras douradas, desperdiçando meios humanos e afastando-os do seu posto de trabalho. Há funcionários do quadro superior, de elevado vencimento, que não têm trabalho há muito tempo. Que tipo de gestão é esta que permite que funcionários com capacidade passem os dias sentados, sem nada para fazer? É de terror, para os funcionários andarem acabrunhados e não poderem falar. Isto não é clima para os funcionários nem lhes permite dar a rentabilidade que se pretende deles.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----ACTAS - Foi proposta pelo Sr. Presidente a aprovação de Actas, que se encontra atrasada.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos transmitiu o recado da Sr^a Vereadora Manuela Cunha para que este ponto não fosse tratado, porque pretende introduzir alterações nos textos.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que os atrasos na aprovação das Actas já são escandalosos e a Sr^a Vereadora apresentará mais tarde as alterações que pretende introduzir.-----

-----Submetidas a votação, foram aprovadas as seguintes Actas:--

-----De trinta de Junho de dois mil e oito, por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente e do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, por não terem participado.-----

-----De vinte e cinco de Agosto, por maioria, com a abstenção do

Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, por não ter participado.---
-----De um de Setembro, por unanimidade, com alterações
introduzidas pelo Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DE LISBOA E VALE DO TEJO - O
Sr. Presidente apresentou a proposta de adesão deste Município à
Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, ao abrigo
do Decreto-Lei nº 67/2008, de 10 de Abril, endereçada pela
Comissão Instaladora da mesma Entidade.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu não ter
qualquer objecção e perguntou se já se conhecem os objectivos da
Entidade para este ano, em termos de planeamento estratégico.---

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que o corrente ano deve
comportar apenas os trabalhos de legalização e instalação.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que não tem
objecções e acrescentou que não sabe se o Sr. Presidente da
Câmara de Alpiarça irá acumular com as de Presidente desta
Entidade.-----

-----Submetida a votação a proposta, a Câmara deliberou, por
unanimidade, aceitar a inclusão do Município de Almeirim como
membro da T-LVT.-----

-----SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE - O Sr. Vice-Presidente
apresentou o programa da Semana Europeia da Mobilidade, do
seguinte teor:-----

-----"Dia dezasseis de Setembro - terça-feira - Utilização da
bicicleta - Início oficial da SEM dois mil e oito. Terminus da
exposição "A evolução da bicicleta ao longo do tempo", que teve
início no dia nove de Setembro. Início da semana de eco troca
(resíduos recicláveis por bilhetes TUA). Eu Vou... convite aos
colaboradores da autarquia e população em geral para se
deslocarem de bicicleta para o trabalho durante toda a semana.
Apresentação de medidas permanentes nesta área.-----

-----Dia dezassete de Setembro - quarta - feira - Gestão
Mobilidade. Apresentação de medidas permanentes. Apresentação de

uma calendarização para formação de auxiliares sobre segurança rodoviária (GNR).-----

-----Dia dezoito de Setembro - quinta - feira - Uso responsável do carro. Apresentação do projecto carro eléctrico e respectivos parceiros -Empresa local e a Escola Secundária Marquesa de Alorna). Apresentação de Car Polling. Distribuição de informação sobre eco-condução.-----

-----Dia dezanove de Setembro - sexta - feira - Mobilidade e Saúde. Abertura do novo troço da ciclovia junto à zona industrial. Inauguração da iluminação do circuito de manutenção. Conferência DECO sobre poupança de energia às 21.30h no Salão Nobre.-----

-----Dia vinte de Setembro - Sábado - Dia Europeu sem Carros. Lojas abertas. Actividades variadas, quer desportivas, quer culturais, quer de sensibilização.-----

-----Dia vinte e um de Setembro - Domingo - Lazer. Almeirim.on.bike - ligação entre o Governo Civil e os Paços do Concelho. Prova de Cicloturismo, organizada pela Associação Vinte Quilómetros de Almeirim.-----

-----Dia vinte e dois de Setembro - segunda - feira - Transportes Públicos. TUA gratuitos. Novo serviço até à Quinta da Alorna (sete e trinta, treze e dezasseis horas) - Dias úteis. Apresentação do estudo sobre os TUA. Apresentação de um conjunto de medidas permanentes ao nível dos Abrigos e informação relevante para quem utiliza os transportes públicos em todo o Concelho. Início da experiência Pedibus nem parceria com a Associação de Pais. Conferência pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre, sobre as vantagens no uso da bicicleta, em parceria com os Rotários e o Centro de Saúde. Apresentação do conceito "Almeirim - Concelho carbono zero" e possíveis parcerias."-----

-----O Sr. Vice-Presidente informou que a cerimónia de início destas actividades contará com a presença dos Senhores Secretários de Estado do Ambiente e dos Transportes, tendo já sido remetidos convites aos Srs. autarcas, que aqui reitera.----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou quantas cidades aderiram à Semana Europeia da Mobilidade, ao que o Sr. Vice-Presidente respondeu que em Portugal sessenta e na Europa cerca de duas mil.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que associa ao Dia Europeu Sem Carros à questão ambiental e todas as iniciativas são de louvar, desde que sem fundamentalismos, com vista à protecção do habitat e das gerações vindouras.-----

-----Essa preocupação também devia abranger situações a médio e longo prazo, a primeira das quais o ordenamento do território. E, nessa matéria, considera que Fazendas de Almeirim devia merecer um Plano de Urbanização, porque é incomportável a instalação de habitação, indústria e agricultura no mesmo espaço, situação a que já se referiu no início do seu mandato, mas que continua a sensibilizar a autarquia para a necessidade desta norma de carácter estruturante que iria conferir uma melhor qualidade de vida àquela população.-----

-----VALA DE ALMEIRIM - Continuou o mesmo Vereador, outra iniciativa a ter em consideração seria o combate à poluição da Vala de Almeirim, que se arrasta há anos sem que se identifiquem as fontes geradoras de poluição, e bem assim o arranjo dos trilhos do combro da vala.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que a maioria do trilho não pertence ao Município de Almeirim e estão a ser criadas condições para efectuar a manutenção separadamente, já que o trilho tem vantagens do ponto de vista ambiental e de fiscalização: quantas mais pessoas o utilizarem menor será a possibilidade de danos ambientais. Mas toda a situação tem de ser estudada, até porque se está a falar de uma zona inundável. Durante anos verificaram-se problemas que causaram a mortandade dos peixes e habitualmente atribuídos a descargas de poluição. Porém sempre foi admitido também que a mortandade podia ser causada pela falta de oxigénio e aquecimento excessivo da água. Este ano, em que o Verão foi mais frio, não se verificou esse tipo de problema. De salientar que a Câmara fez os diques em

terra, como habitualmente, choveu até mais tarde, aumentou o caudal permanente e o problema não se verificou.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou se os dados das análises não dizem quais os produtos que a água contem, ao que o Sr. Vice-Presidente respondeu afirmativamente mas que ninguém identifica a fonte poluente.-----

-----TUA - O Sr. Vice-Presidente transmitiu a sua proposta de alteração do percurso dos Transportes Urbanos de Almeirim que se consubstancia num novo horário e inclui o percurso até à Quinta da Alorna. Esta alteração depende de autorização da Rodoviária do Tejo porque a paragem excede nuns metros o percurso urbano.--

-----A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade.-----

-----ABRIGOS DE PASSAGEIROS - O Sr. Vice-Presidente comunicou que, no prazo de um ano, vão ser melhorados os actuais abrigos de passageiros do Concelho, cerca de cinquenta e quatro, e qualquer atraso ficará a dever-se às condições físicas dos mesmos. Pretende-se conferir melhores condições de utilização e incluir informações necessárias, como os horários dos autocarros.-----

-----DIA EUROPEU SEM CARROS - Foi presente a proposta do Sr. Vice-Presidente no sentido de, no dia vinte de Setembro corrente, para a realização do Dia Europeu sem Carros, entre as nove e as dezanove horas, fechar ao trânsito de veículos poluentes, com as excepções previstas para veículos de emergência, transportes públicos e outros congéneres, as seguintes ruas da cidade:-----

-----Das Faias; Cinco de Outubro, entre o cruzamento dos CTT e a Rua das Faias; Dionísio Saraiva; parte do Parque Lourenço de Carvalho; e um sentido da Rua Bernardo Gonçalves, entre a Rua das Faias e a Rua Dionísio Saraiva.-----

-----A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade.-----

-----CONCURSO DE MONTRAS - O Sr. Vice-Presidente apresentou outra proposta com vista a incentivar a abertura do comércio no Dia Europeu Sem Carros e que visa atribuir um prémio de cento e cinquenta euros à melhor montra, para o que apresenta a composição do júri do concurso.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar e autorizar a despesa.-----

-----TRÂNSITO - O Sr. Vice-Presidente apresentou a sua proposta, classificada de medidas permanentes no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade e que visa incentivar o uso da bicicleta, no sentido de permitir a circulação em sentido contrário nas ruas de sentido único, em alguns eixos rodoviários; e a fixação do limite de velocidade junto dos estabelecimentos de ensino em trinta quilómetros por hora.-----

-----Esta proposta fica à consideração dos Srs. Autarcas, para resolução posterior.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou qual a taxa de sinistralidade no Concelho respeitante aos estabelecimentos escolares, ao que o Sr. Vice-Presidente respondeu que não dispõe de estatísticas credíveis, mas não é elevada.-----

-----ESTUDO DE TRÂNSITO - BAIRRO DO PUPO - O Sr. Vice-Presidente comunicou que desde há alguns anos tem vindo a ser implementado o Estudo de Trânsito que prevê, devido às características de algumas artérias dos bairros tradicionais de Almeirim, a implementação de sentidos únicos de circulação, com vista a melhorar a fluidez de tráfego e mobilidade, de que foi exemplo a Tróia. Na altura, essas medidas não foram aplicadas ao Pupo porque a sua eficácia dependia da alteração do cruzamento da Avenida Vinte e Cinco de Abril com a Rua Condessa da Junqueira e do cruzamento da mesma Avenida com a Rua dos Aliados, o chamado cruzamento das Finanças, com vista a conferir fluidez ao escoamento de tráfego. Como estes dois pontos estão resolvidos,

neste momento estão criadas as condições para aplicar o referido Estudo ao Bairro do Pupo. A situação mais complicada será a da Rua Infante D. Henrique, onde há estacionamento sobre os passeios e que impede que duas viaturas se cruzem.-----

-----Este assunto fica para estudo dos Srs. Autarcas.-----

-----**4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE ALMEIRIM - PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO - O Sr. Presidente submeteu à apreciação do executivo a proposta de anulação da deliberação de aprovação da proposta de adjudicação à empresa Eco-Edifica - Ambiente Infraestruturas e Construções, S.A. de Alcanena, empreitada de construção do Centro Escolar de Almeirim, proposta apresentada pelos Srs. Vereadores Manuela Cunha, Pedro Pisco dos Santos e Francisco Maurício, do seguinte teor:-----

-----"PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE DELIBERAÇÃO-----

-----Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Pisco dos Santos e Francisco Manuel Maurício do Rosário, vereadores da Câmara Municipal de Almeirim, de acordo com o estipulado na alínea d) do nº 7 do artº 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 e de acordo com o previsto no nº 1 e 2 do artº 20º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro de 2007, propõem que - na próxima Reunião do Executivo Camarário - seja incluída na Ordem de Trabalhos a seguinte proposta:-----

-----A proposta de anulação da decisão de aprovação da proposta de adjudicação à empresa ECOEDIFICA- Ambiente, Infraestruturas e Construções SA de Alcanena, empreitada de construção do Centro Escolar de Almeirim, que foi aprovada por maioria com os votos contra e de vencido da vereadora Manuela Cunha, do vereador Francisco Maurício e do vereador Pedro Pisco dos Santos, na reunião de dezoito de Agosto de dois mil e oito e ulterior abertura de um novo concurso público ao abrigo do Código de Contratos Públicos (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro),

que entrou em vigor no dia trinta de Julho de dois mil e oito, garantindo-se deste modo um maior rigor, transparência e defesa do interesse público na gestão dos recursos financeiros do município, por se entender que foram violados os princípios fundamentais à contratação pública, elencados nos artºs 7º a 15º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho, com destaque para os da Transparência (artº 8º), da Publicidade (artº 8º), da Concorrência (artº 10º) e da Estabilidade (artº 14º).-----
-----Todos devemos saber que a escolha do tipo de procedimento, de acordo e para efeitos do estipulado no art.º 48º do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 Março, é um dos elementos fulcrais para a legalidade de um concurso, o mesmo art.º 48º, dispõe na alínea b) do n.º 3 que, medições do projecto ou seja a opção por um concurso por série de preços pressupõe isso mesmo, que o valor da adjudicação preveja um valor meramente indicativo daquilo que se crê que a obra venha a custar, nomeadamente tendo como referência trabalhos estimados com base nos elementos desenhados e escritos do projecto. Isto é estamos perante um tipo de empreitada por série de preços sendo que não foi tido em consideração pelo parecer do consultor jurídico que o valor para efeitos de concurso é, nas empreitadas por preço global, o preço base do concurso, nas empreitadas por série de preços, é o custo provável dos trabalhos estimados sobre as medições do projecto. Salvo melhor entendimento, como devia ser do conhecimento do senhor consultor jurídico, certamente que não pomos em dúvida que será, e que as conclusões do seu parecer terá sido fruto de alguma "desatenção" que urge sanar de imediato dado que nos termos do artigo 76.º (Decreto-Lei n.º 59/99 de 2 de Março) - proposta simples na empreitada por série de preços, no seu nº 2 dispõe que "Na proposta, atendendo à apresentação da lista de preços unitários, o preço total será o que resultar do somatório dos produtos dos preços unitários pelas respectivas quantidades de trabalho constantes dos mapas resumo, e nesse sentido se considerará corrigido o preço total apresentado pelo empreiteiro, quando diverso do que os referidos cálculos

produzam.”, por outro lado, ao ser considerado o preço global, o empreiteiro, na empreitada, corre sempre risco normal do contrato que à mesma empreitada se encontra naturalmente subjacente, de executar todos os trabalhos necessários pelo preço da adjudicação, isto é pelo preço global que apresentou. Por isso é exigível um maior rigor nos pareceres jurídicos que servem de apoio, mas não de desresponsabilização dos titulares deste órgão autárquico, que de acordo regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007 de 31 de Dezembro, podem ser responsabilizados, pessoalmente, pelos danos decorrentes de acções ou omissões adoptadas no exercício das suas funções. Esta responsabilidade compreende os danos patrimoniais e não patrimoniais, bem como os danos produzidos e os danos futuros, nos termos gerais do direito, para além da violação de normas legais aplicáveis à assunção, autorização em pagamento de despesas ser susceptível de fazer incorrer os membros dos Executivo Municipais, em responsabilidade financeira sancionatória, quer nos termos do art.º 48.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 86/89, de 8 de Agosto, quer nos do art.º 65.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.-----

-----Devemos também exigir um maior rigor no lançamento das obras e na preparação dos respectivos projectos, na defesa do interesse público municipal, o que manifestamente não foi aqui garantido, atente-se que as questões que sobre este foram colocadas, nenhuma foi respondida, o que nos leva a concluir, a partir dos elementos constantes do processo, relevam para a decisão os seguintes factos, que temos que dar como prováveis e previsíveis:-----

-----Há ou não erros e omissões no projecto, que irão conduzir a alterações significativas e se os mesmos são ou não do conhecimento da empresa ECOEDIFICA?-----

-----Há ou não erros ou omissões do projecto, relativos a natureza ou volume dos trabalhos, por se verificarem diferenças entre as condições locais existentes e as previstas ou entre os

dados em que o projecto se baseia e a realidade da sua
implantação?-----

-----Quantos contratos adicionais de trabalhos a mais, já estão
previstos realizar?-----

-----Efectivamente, os trabalhos em questão, se tem origem em
erros e em alterações ou melhorias do projecto decididas pelo
dono da obra, são, portanto trabalhos que poderiam e deveriam
ser logo contemplados no projecto posto a concurso. Isto também
porque a Câmara tinha a obrigação de o corrigir antes de o
colocar a concurso como lhe é legalmente exigido pelo artº 10º
do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março, por força do qual "o
dono da obra definirá, com a maior precisão possível, nos
elementos escritos e desenhados do projecto ... as características
da obra e as condições técnicas da sua execução, bem como a
qualidade dos matérias a aplicar".-----

-----A este respeito apenas diremos que a melhor forma de
defender o interesse público é o estrito cumprimento da lei, no
caso a aplicação da actual Lei em vigor, Código dos Contratos
Públicos (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro) que regula e
disciplina a contratação pública em geral, e as empreitadas de
obras públicas em particular.-----

-----Atente-se que a nova Lei impõe aos empreiteiros o ónus de,
nas suas propostas, identificarem os erros e omissões detectados
no caderno de encargos, daqui decorrendo diferente
responsabilidade e alocação final de custos, consoante o
empreiteiro tenha responsabilidades de concepção ou seja o dono
de obra o responsável pelo suprimento dos erros e omissões
entretanto encontrados pelo empreiteiro, podendo este, se for o
caso, exercer o direito que lhe assiste de ser indemnizado junto
de terceiros, nomeadamente, projectistas.-----

-----Por tudo isto o objecto da empreitada pode ser
substancialmente desvirtuado e alterado, bastando para isso que
o somatório dos trabalhos a mais (não previstos) com os
trabalhos a menos (previstos mas não realizados) atinja
percentagens elevadas.-----

-----E vale como princípio geral porque a entender-se de forma diferente era o próprio objecto da empreitada que ficava posto em crise, com violação de princípios fundamentais à contratação pública, elencados nos artºs 7º a 15º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, com destaque para os da Transparência (artº 8º), da Publicidade (artº 8º), da Concorrência (artº 10º) e da Estabilidade (artº 14º).-----

-----Refira-se também que, de acordo com o disposto na alª. c) do nº 3 do artº 44º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto as ilegalidades susceptíveis de alterar o resultado financeiro dos contratos constituem fundamento para a recusa do visto por parte do Tribunal de Contas.-----

-----Assim vimos propor a revogação da deliberação de dezoito de Agosto de dois mil e oito que adjudicou à Ecoedifica S.A., de Alcanena, a empreitada de execução do Centro Escolar de Almeirim e a anulação do respectivo concurso.-----

-----Remete-se cópia desta proposta de deliberação, no caso de não ser aprovada, ao Tribunal de Contas e à Assembleia Municipal."-----

-----Submetida esta proposta a votação, foi a mesma reprovada por maioria, com quatro votos contra, do Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Vereadores Joana Baptista e José Carlos da Silva e dois votos a favor, dos seus subscritores presentes, Srs. Vereadores Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Sr. Presidente fez a seguinte declaração de voto:-----

-----"O meu voto fundamenta-se no parecer do consultor jurídico da Câmara que normalmente acompanha estes concursos e que, para mim, é a opinião jurídica que deve prevalecer. Enquanto ele não a alterar, manterei o voto que até aqui vinha formulando."-----

-----O Sr. Vice-Presidente e Vereadora Joana Baptista subscreveram esta declaração.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva leu a sua declaração de voto, do seguinte teor:-----

-----"Quando aceitei o convite para fazer parte deste executivo e quando tomei posse, foi com a convicção de que trabalharia

numa Câmara de maioria e com um Presidente eleito democraticamente há vários mandatos consecutivos de forma honesta, transparente, que, embora tenha sido alvo de várias denúncias de ilegalidades, até agora ainda não vi ninguém acusado formalmente e/ou condenado.-----

-----Por isso, manifestando a minha total confiança aos técnicos e juristas desta casa, não acredito em 'desatenções' do consultor jurídico visado e voto contra a proposta apresentada."-----

-----O Sr. Vice-Presidente e a Sr^a Vereadora Joana Baptista subscreveram também esta posição.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou:-----

-----"Certamente, como em todas as organizações, o erro é uma constante quando se trabalha, mas é uma grande virtude saber corrigir as nossas actuações quando elas são susceptíveis de violar a lei. Como co-autor da Proposta de anulação da deliberação de adjudicação à empresa Eco-Edifica - Ambiente, Infraestruturas e Construções, SA, de Alcanena, da empreitada de Construção do Centro Escolar de Almeirim, considero que foram violados os procedimentos legais citados na nossa proposta.-----

-----Quanto à questão de saber se há pessoas condenadas ou acusadas, para a oposição é extraordinariamente difícil saber, na medida em que os Vereadores da oposição, bem como os deputados da Assembleia Municipal, não têm acesso aos processos judiciais.-----

-----E a questão que coloco é a seguinte: Quem é que viola a lei? Será que o Artigo 68º nº 4 na realidade não existe? Será que é uma demência da minha parte pensar que o Presidente está obrigado a apresentar os processos judiciais?"-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício subscreveu esta declaração de voto e lembrou "que o Dr. Victor Baptista, como todos nós, não é infalível, comete erros (lembro a requisição de terrenos em Paço dos Negros, do Sr. Fidalgo). Noto, com algum desagrado, que para se servir uma causa pública, não é postura a subserviência a ninguém, ninguém mesmo. Se acreditasse em Deus,

ainda admitia que perante tão eminente Personagem, que houvesse um comportamento destes.-----

-----No entanto, tenho consciência das minhas limitações. Não sou, não quero ser, nem julgar que sou."-----

-----Às onze horas e cinco minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição
